

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2012/2013

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: SP001295/2013

DATA DE REGISTRO NO MTE: 08/02/2013

NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR069912/2012

NÚMERO DO PROCESSO: 46219.030393/2012-73

DATA DO PROTOCOLO: 06/12/2012

FEDERACAO TRABS INDS PAPEL PAPELAO E CORT EST S PAULO, CNPJ n. 53.286.555/0001-08, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). OZANO PEREIRA DA SILVA;

SINDICATO TRABS IND ARTEF PAPEL PAPELAO CORTICA S PAULO, CNPJ n. 62.647.813/0001-25, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). GERALDO CANDIDO DE MORAIS, por seu Procurador, Sr(a). ANTONIO ROSELLA e por seu Procurador, Sr(a). RENATO ANTONIO VILLA CUSTODIO;

SINDICATO DOS TRABALHADORES IND.PAPEL CELULOSE ARARAS., CNPJ n. 60.729.266/0001-00, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSE BENEDITO PONCIO, por seu Procurador, Sr(a). ANTONIO ROSELLA e por seu Procurador, Sr(a). RENATO ANTONIO VILLA CUSTODIO;

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS IND. DO PAPEL, CELULOSE, PAPELAO E DE ARTEFATOS DE BRAGANCA PTA., REGIAO E SUL DE MINAS GERAIS, CNPJ n. 01.515.135/0001-52, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ANTONIO CARLOS NUNES DE MATTOS, por seu Procurador, Sr(a). ANTONIO ROSELLA e por seu Procurador, Sr(a). RENATO ANTONIO VILLA CUSTODIO;

SIND T INDS PAPEL CEL PASTA MAD PAPEL PAP CORT CAIEIRAS, CNPJ n. 51.450.906/0001-49, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ALONSO BOMFIM, por seu Procurador, Sr(a). ANTONIO ROSELLA e por seu Procurador, Sr(a). RENATO ANTONIO VILLA CUSTODIO;

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE PAPEL, PAPELAO, CELULOSE, PASTA DE MADEIRA PARA PAPEL E PAPELAO, EMBALAGENS E ARTEFATOS DE PAPEL, PAPELA, CNPJ n. 46.106.829/0001-74, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOAO RIBEIRO DA SILVA, por seu Procurador, Sr(a). ANTONIO ROSELLA e por seu Procurador, Sr(a). RENATO ANTONIO VILLA CUSTODIO;

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE PAPEL, PAPELAO E CORTICA DE GUARULHOS, ARUJA E ITAQUAQUECETUBA - SP, CNPJ n. 49.095.581/0001-81, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). OZANO PEREIRA DA SILVA, por seu Procurador, Sr(a). ANTONIO ROSELLA e por seu Procurador, Sr(a). RENATO ANTONIO VILLA CUSTODIO;

SIND DOS TRAB NAS IND DO PAPEL PAP E CORTICA DE ITAPIRA, CNPJ n. 44.733.731/0001-11, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ANTONIO WALTER BICCIGO, por seu Procurador, Sr(a). ANTONIO ROSELLA e por seu Procurador, Sr(a). RENATO ANTONIO VILLA CUSTODIO;

SIND. TRAB. IND. PAPEL, CELUL. PASTA MAD.P/PAPEL, PAPELAO E CORT. E ARTEFATOS DE PAPEL, PAPELAO E CORT. JAU E REG., CNPJ n.

02.963.442/0001-69, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSE ITAMAR TAVARES CALADO, por seu Procurador, Sr(a). ANTONIO ROSELLA e por seu Procurador, Sr(a). RENATO ANTONIO VILLA CUSTODIO;
SIND TRAB IND PAPEL PAPELAO E CORTICA DE JUNDIAI, CNPJ n. 44.654.085/0001-05, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). PEDRO LUIZ MOLENA, por seu Procurador, Sr(a). ANTONIO ROSELLA e por seu Procurador, Sr(a). RENATO ANTONIO VILLA CUSTODIO;
SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE FABRICACAO DE CELULOSE,PAPEL,PAPELAO,CORTICA E ARTEFATOS DE PAPEL E PAPELAO DE LIMEIRA E REGIAO, CNPJ n. 51.487.742/0001-24, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSE ROBERTO VIEIRA DA SILVA CAMPOS JUNIOR, por seu Procurador, Sr(a). ANTONIO ROSELLA e por seu Procurador, Sr(a). RENATO ANTONIO VILLA CUSTODIO;
S T I DO PAPEL PAPELAO E CORTICA DE LUIZ ANTONIO, CNPJ n. 60.245.586/0001-86, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). GERALDO JURANDIR PINHEIRO, por seu Procurador, Sr(a). ANTONIO ROSELLA e por seu Procurador, Sr(a). RENATO ANTONIO VILLA CUSTODIO;
S T I PAPEL C P M P P P O A P P C M.GUACU,M.MIRIM,A,E G, CNPJ n. 52.745.023/0001-29, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSE APARECIDO DA SILVA, por seu Procurador, Sr(a). ANTONIO ROSELLA e por seu Procurador, Sr(a). RENATO ANTONIO VILLA CUSTODIO;
SIND DOS TRAB NA IND DO PAPEL CEL DE PENAPOLIS, CNPJ n. 55.756.852/0001-03, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSE CARLOS PINHEIRO, por seu Procurador, Sr(a). ANTONIO ROSELLA e por seu Procurador, Sr(a). RENATO ANTONIO VILLA CUSTODIO;
SIND DOS TRAB IND DE PAPEL DE PINDAMONHANGABA, CNPJ n. 54.126.115/0001-56, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). HILTON ROBERTO NICOLETTI, por seu Procurador, Sr(a). ANTONIO ROSELLA e por seu Procurador, Sr(a). RENATO ANTONIO VILLA CUSTODIO;
SINDICATO TRAB IND PAPEL PAPELAO CORTICA PIRACICABA, CNPJ n. 54.407.242/0001-23, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). FRANCISCO PINTO FILHO, por seu Procurador, Sr(a). ANTONIO ROSELLA e por seu Procurador, Sr(a). RENATO ANTONIO VILLA CUSTODIO;
S T I DO PAPEL PAPELAO E CORTICA DE PORTO FELIZ E TIETE, CNPJ n. 58.975.004/0001-75, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). DAVI GERALDO ROMERO, por seu Procurador, Sr(a). ANTONIO ROSELLA e por seu Procurador, Sr(a). RENATO ANTONIO VILLA CUSTODIO;
SIND TRAB IND ARTEF DE PAPEL PAPELAO E CORTICA S CARLOS, CNPJ n. 66.991.696/0001-73, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). EDUARDO SANCHES PERERA, por seu Procurador, Sr(a). ANTONIO ROSELLA e por seu Procurador, Sr(a). RENATO ANTONIO VILLA CUSTODIO;
SIND TRAB IND PAPEL CEL PASTA M P PAPEL PAPL E CORTICA, CNPJ n. 73.077.679/0001-90, neste ato representado(a) por seu Tesoureiro, Sr(a). ANTONIO ROBERTO DO VALLE, por seu Procurador, Sr(a). ANTONIO ROSELLA e por seu Procurador, Sr(a). RENATO ANTONIO VILLA CUSTODIO;
E
SIND DA IND DO PAPELAO NO EST DE S P, CNPJ n. 45.885.969/0001-25, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSE LUIZ VEGETTE e por seu Procurador, Sr(a). SERGIO ROBERTO DA FONTOURA JUCHEM;
celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as

condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de outubro de 2012 a 30 de setembro de 2013 e a data-base da categoria em 1º de outubro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **11º GRUPO - Indústrias do papelão**, com abrangência territorial em **SP**.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

Fica estipulado um piso salarial de R\$ 1.119,80 (hum mil cento e dezenove reais e oitenta centavos), por mês para os integrantes da categoria profissional.

§ 1º - O valor do piso salarial, quando calculado por hora, tomando-se como divisor 220 (duzentas e vinte) horas, será de R\$ 5,09 (cinco reais e nove centavos).

§ 2º - O piso salarial receberá durante a vigência desta Convenção os mesmos reajustes que porventura venham a ser negociados ou determinados por lei, para os demais salários de uma forma geral.

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

Fica acordada a concessão, em 01/10/2012, de um reajuste salarial no valor de 7% (sete por cento) sobre os salários vigentes em 30/09/2012.

§ 1º - Fica assegurado o direito de compensação de todo e qualquer reajuste concedido de forma voluntária ou compulsória, de caráter geral, pelas empresas, no período de 01/10/2011 à 30/09/2012, salvo os decorrentes de aumento individual, relativos ao término de aprendizagem, promoção, transferência ou equiparação salarial.

§ 2º - Aos empregados admitidos a partir de 01/10/2011, será concedido o mesmo percentual de reajuste, até o limite do salário corrigido dos empregados mais antigos e exercentes da mesma função.

§ 3º - Na hipótese do empregado admitido após 01/10/2011 não ter paradigma ou, no caso de empresa constituída ou que entrou em funcionamento após a referida data, o reajuste salarial previsto no "caput" desta cláusula será proporcional ao tempo de serviço do empregado, considerando-se 1/12 (um doze avos) por mês ou fração de mês igual ou superior a 15 (quinze) dias.

§ 4º - Para a concessão do reajuste salarial previsto nesta cláusula não será levado em conta o sexo, a idade, a nacionalidade, a função ou modalidade contratual, bem como a forma de pagamento ou a natureza da remuneração. Abrange, pois, tanto horistas quanto mensalistas, diaristas, tarefeiros e os que percebem salário misto, caso em que o reajuste e aumentos salariais incidirão sobre a totalidade da remuneração, excetuando-se comissões pagas à base de percentagem.

CLÁUSULA QUINTA - SALÁRIO PARA ADMISSÃO

Assegura-se ao empregado admitido para a função de outro, desligado sob qualquer motivo, salário igual ao início da faixa salarial da função.

Parágrafo Único - A equiparação aqui prevista será efetivada após o término do período de experiência, de no máximo 60 (sessenta) dias, contados da data de admissão.

Pagamento de Salário – Formas e Prazos

CLÁUSULA SEXTA - ADIANTAMENTO SALARIAL

As empresas concederão aos seus empregados, 15 (quinze) dias antes do efetivo pagamento dos salários, adiantamento salarial de 40% (quarenta por cento) do salário nominal, que será descontado no primeiro pagamento posterior a essa concessão, salvo condições mais favoráveis já existentes.

Parágrafo Único - Quando o dia do adiantamento coincidir com sábados, domingos ou feriados, será antecipado para o dia útil imediatamente anterior.

CLÁUSULA SÉTIMA - DIA DO PAGAMENTO

O pagamento do salário mensal será efetuado até o último dia útil de cada mês.

CLÁUSULA OITAVA - COMPROVANTES DE PAGAMENTO

As empresas deverão, obrigatoriamente, fornecer comprovante de pagamento individual e confidencial ou colocar à disposição tais informações por meio eletrônico, com a discriminação das horas trabalhadas e de todos os títulos que componham a remuneração, importâncias pagas e os descontos efetuados, contendo a identificação da empresa e o valor de recolhimento do FGTS. As empresas que efetuem o pagamento de verbas salariais (salário, férias, 13º salário, adiantamento, etc.) por intermédio de depósito bancário ficam isentas de obterem assinatura de seus empregados no respectivo recibo de pagamento, servindo como prova cabal e suficiente de quitação dos vencimentos e descontos ali discriminados o competente comprovante de depósito bancário na conta corrente do empregado.

Parágrafo Único - As empresas poderão descontar dos salários de seus empregados: seguros de vida em grupo, alimentação, convênios com supermercados, transporte, planos ou convênios médico-odontológicos, grêmios esportivos e empréstimos, quando os respectivos descontos forem autorizados por escrito pelos próprios empregados.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA NONA - SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO

Fica assegurado ao empregado substituto a partir do 10º (décimo) dia consecutivo de substituição, de caráter meramente eventual, o direito ao mesmo salário do substituído, enquanto perdurar a substituição, devendo o pagamento ser efetuado, retroativamente, ao 1º (primeiro) dia da referida substituição.

§ 1º - Esta substituição fica limitada, porém, a 120 (cento e vinte) dias consecutivos, após o que o substituto será efetivado na função do substituído.

§ 2º - Excetuam-se da efetivação prevista nesta cláusula, as substituições por afastamento por doença, maternidade, acidente de trabalho, cobertura de férias, treinamento e licença sindical.

§ 3º - Ficam excluídas as substituições dos cargos de chefia a menos que a substituição se prolongue por mais de 30 (trinta) dias consecutivos.

§ 4º - Ficam ressalvadas condições específicas mais favoráveis já existentes.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

13º Salário

CLÁUSULA DÉCIMA - ADIANTAMENTO DO DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO

As empresas procederão ao pagamento do adiantamento da primeira parcela do 13º salário, nos termos previstos na Lei nº 4.749/65, até o dia 30 de novembro, em valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do salário do mês.

Parágrafo Único - A complementação da segunda parcela do 13º salário será paga até o dia 20 de dezembro.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - COMPLEMENTAÇÃO DO 13º SALÁRIO PARA AFASTADOS

Ao empregado afastado a partir de 01 de outubro de 2012, percebendo auxílio da previdência social, as empresas concederão o 13º salário no primeiro ano do afastamento:

- a) Por período igual ou inferior a 180 (cento e oitenta) dias, em valor igual ao salário nominal do empregado;
- b) Por período superior a 180 (cento e oitenta) dias, será paga a diferença entre o valor pago pela seguridade social e o salário nominal, e

c) Para efeito de complementação, o salário nominal será sempre corrigido por ocasião dos reajustamentos salariais supervenientes ao início da complementação e durante a vigência da presente Convenção.

Adicional de Hora-Extra

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - HORAS-EXTRAS

As horas extraordinárias, excetuadas as decorrentes do regime de compensação, serão remuneradas com adicional de 80% (oitenta por cento) em relação ao valor da hora normal para todas as horas, excetuando-se as horas extraordinárias laboradas em dias compensados, feriados e domingos.

Adicional Noturno

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ADICIONAL NOTURNO

As horas trabalhadas no período noturno, conforme preceitua a CLT, serão remuneradas com o adicional de 40% (quarenta por cento) em relação ao valor da hora normal diurna.

Participação nos Lucros e/ou Resultados

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

Na ausência de plano próprio de participação em lucros e resultados, a empresa deverá convencionar com seus empregados, por meio de comissão por eles escolhida, integrada ainda por representante indicado pelo Sindicato da respectiva categoria, a forma de participação daqueles em seus resultados, obedecendo aos seguintes prazos:

- a) Constituição de comissão, até 30/03/2013;
- b) Negociação do acordo de Participação nos Resultados até 30/05/2013;
- c) Vigência para o ano de 2013;
- d) Na existência de lei superveniente prevalecerão os critérios aqui constituídos.

Parágrafo Único - As empresas que não cumprirem o disposto nesta cláusula pagarão, a título de Participação nos Resultados, a cada empregado, o valor correspondente a 1 (um) piso salarial da categoria até 30/06/2013.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CESTA DE ALIMENTOS

As empresas concederão, mensalmente, aos seus empregados, cestas de alimentos

ou o equivalente vale-compra em papel ou cartão magnético de, no mínimo, R\$ 140,00 (cento e quarenta reais), ficando ajustado que as empresas que já praticavam valores superiores a esse mínimo previsto na CCT anterior, deverão aplicar um valor fixo de R\$ 15,00 (quinze reais).

§ 1º - Fica facultado às empresas o estabelecimento, a seu critério, de participação dos empregados com 10% (dez por cento), no máximo, do valor do benefício.

§ 2º - Qualquer alteração, referente ao percentual de participação do empregado, no custeio da cesta de alimentos, deverá ser previamente negociada com os mesmos, assistidos pelos respectivos sindicatos.

§ 3º - O benefício previsto nesta cláusula não integrará a remuneração do empregado para quaisquer efeitos.

§ 4º - Os empregados afastados por doença ou acidente de trabalho farão jus ao mesmo benefício, ficando isentos da participação prevista no parágrafo primeiro, limitado, porém, ao máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

§ 5º - As empresas que já forneciam este benefício anteriormente à sua inclusão nesta Convenção Coletiva, poderão mantê-lo na forma e condições que vinham praticando, desde que respeitado o valor mínimo estabelecido nesta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - TICKET ALIMENTAÇÃO

Para as empresas que não fornecem alimentação aos seus empregados na jornada de trabalho, será concedido ticket refeição diário no valor de R\$ 13,00 (treze reais).

§ 1º - O Ticket refeição será fornecido somente quando o empregado estiver cumprindo jornada de trabalho.

§ 2º - O benefício previsto nesta cláusula não integrará a remuneração do empregado, desde que a empresa seja beneficiária do PAT- Programa de Alimentação do Trabalhador.

Auxílio Educação

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - KIT ESCOLAR

As empresas concederão, até fevereiro de 2013, cesta de materiais escolares para atendimento das necessidades dos filhos de seus empregados e dependentes legais, comprovadamente matriculados em escolas de ensino fundamental, compostas de materiais escolares básicos e genéricos, tais como: régua, cadernos, lápis comuns, lápis de cor, borracha, tesoura sem ponta, papel, cartolinas, tubo de cola, apontadores e fita crepe, não estando compreendidos nesta concessão livros didáticos específicos de cada escola.

Parágrafo Único – O atendimento ao estabelecido nesta cláusula poderá ser feito através da celebração de convênios com estabelecimentos comerciais e papelarias.

Auxílio Doença/Invalidez

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - COMPLEMENTAÇÃO DO AUXÍLIO-DOENÇA OU ACIDENTE

Ao empregado afastado do serviço por doença ou acidente, percebendo o benefício previdenciário respectivo, fica garantido entre o 16º (décimo sexto) e o 120º (centésimo vigésimo) dia de afastamento, uma complementação de salário em valor equivalente à diferença entre o efetivamente recebido da Previdência Social e o salário nominal, sendo sempre respeitado para efeito da complementação o limite máximo de contribuição previdenciária.

Parágrafo Único - Não sendo conhecido o valor do benefício previdenciário, a complementação deverá ser paga em valores estimados e a diferença paga a maior ou a menor será compensada por ocasião do pagamento imediatamente posterior.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORMULÁRIOS PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL

As empresas deverão preencher, até o 10º (décimo) dia útil após a solicitação do empregado, os formulários para fins de obtenção de auxílio doença e aposentadoria normal ou especial.

Auxílio Morte/Funeral

CLÁUSULA VIGÉSIMA - INDENIZAÇÃO POR MORTE OU INVALIDEZ PERMANENTE

No caso de falecimento ou invalidez permanente do empregado, devidamente atestada pelo INSS, as empresas pagarão, na liquidação dos direitos trabalhistas, o valor equivalente a 02 (dois) e 03 (três) salários nominais do empregado, respectivamente. No caso da ocorrência ser motivada por acidente de trabalho, a indenização será o dobro da prevista acima, também paga na liquidação dos direitos trabalhistas.

Parágrafo Único - Ficam excluídas deste pagamento as empresas que mantêm planos de seguro de vida gratuito ou subsidiados em no máximo 50% (cinquenta por cento) de participação do empregado, desde que a indenização prevista seja igual ou superior ao estabelecido nesta cláusula.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - AUXÍLIO FUNERAL

No caso de falecimento do empregado, as empresas ficam obrigadas a fazer o pagamento à sua família do valor equivalente a 03 (três) salários nominais, limitado ao teto de 10 (dez) pisos salariais da categoria à época do óbito, destinado ao custeio das despesas funerárias.

Parágrafo Único - Ficam excluídas deste pagamento as empresas que mantêm planos de seguro de vida gratuito ou subsidiados em no máximo 50% (cinquenta por cento) de participação do empregado, desde que a indenização prevista seja igual

ou superior ao estabelecido nesta cláusula.

Auxílio Creche

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - REEMBOLSO CRECHE

A empregada mãe ou o empregado pai, quando viúvo ou separado legalmente com a guarda dos filhos, terão direito a obter o reembolso das despesas efetuadas com o pagamento de creche de sua livre escolha, nas seguintes condições:

a) Até o limite do piso da categoria até o 12º (décimo segundo) mês de idade da criança, excedendo o estabelecido pela Portaria nº 3.296, de 03/09/86, D.O.U. de 05/09/86, e

b) Até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do piso da categoria, do 13º (décimo terceiro) ao 48º (quadragésimo oitavo) mês de idade da criança;

Parágrafo Único - O pagamento será efetuado contra-recibo, ficando excluídas do cumprimento desta cláusula as empresas que mantêm creches próprias. Esse pagamento não integrará a remuneração para quaisquer efeitos, bem como não se constituirá em base de incidência de qualquer encargo trabalhista ou previdenciário.

Outros Auxílios

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - ABONO INDENIZATÓRIO

Orientando-se pelo princípio da livre negociação, acordam as partes estabelecer o pagamento de um abono indenizatório, de que trata a letra "j", inciso "v", parágrafo 9º, do artigo 214 do Decreto nº 3.048/99, no valor de R\$ 1.290,00 (hum mil e duzentos e noventa reais) para todos os empregados abrangidos pela presente Convenção admitidos até 30/09/2012.

§ 1º - O referido abono é único e excepcional sendo, portanto, desvinculado do salário, razão pela qual não integra a remuneração e nem está sujeito à incidência de qualquer encargo trabalhista ou previdenciário.

§ 2º - Este abono será pago em duas parcelas de R\$ 645,00 (seiscentos e quarenta e cinco reais) cada uma, sendo a primeira até 31/12/2012 e a segunda até 31/01/2013. O não pagamento nas datas aprazadas gerará multa de 100% (cem por cento), exceto nos casos onde houver acordo formal entre a empresa e o respectivo Sindicato dos Trabalhadores.

§ 3º - Farão jus ao abono integral os empregados que estavam na empresa em 1º/10/2011. Os empregados admitidos após esta data e até 30/09/2012 receberão o abono proporcional, na base de 1/12 (um doze avos), para cada mês trabalhado ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias.

§ 4º - Os empregados afastados pela Previdência Social e que retornaram antes de 30/09/2012 farão jus ao abono proporcional ao tempo efetivo de trabalho.

§ 5º - Os empregados que permaneceram afastados após 30/09/2012 receberão um

abono proporcional ao tempo efetivo de trabalho antes do afastamento.

§ 6º - Por ser de caráter excepcional e único o presente abono, não está sujeito a repetição, a qualquer tempo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - AUXÍLIO POR FILHO EXCEPCIONAL

As empresas reembolsarão mensalmente aos seus empregados os valores despendidos com o tratamento e a educação especializada de filhos excepcionais, *ad eternum*, limitado por filho a 70% (setenta por cento) do piso salarial da categoria, do mês imediatamente anterior, ressalvadas as condições mais favoráveis existentes.

§ 1º - Farão jus a este reembolso o empregado pai ou a empregada mãe e o pagamento fica condicionado à apresentação de comprovantes das despesas e do respectivo atestado médico da condição de excepcionalidade do filho.

§ 2º - Esse reembolso não integrará a remuneração para quaisquer efeitos, bem como não se constituirá em base de incidência de qualquer encargo trabalhista ou previdenciário.

Aposentadoria

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - INDENIZAÇÃO POR APOSENTADORIA

Por ocasião da rescisão contratual com aposentadoria, seja ela qual for, o empregado terá direito ao recebimento de uma indenização equivalente a 01 (um) salário nominal, para cada 05 (cinco) anos de serviços prestados à empresa, limitado, porém, a 04 (quatro) salários nominais, ressalvadas as condições mais favoráveis existentes.

Parágrafo Único - Ficam excluídas desta obrigação as empresas que mantêm plano de previdência privada, desde que o prêmio seja igual ou superior ao estabelecido nesta cláusula. Caso o prêmio seja inferior, a empresa deverá efetuar o complemento até o limite da indenização prevista nesta cláusula.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Normas para Admissão/Contratação

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

O contrato de experiência será de 30 (trinta) dias, prorrogável automaticamente por mais 30 (trinta) dias, não podendo exceder 60 (sessenta) dias.

Parágrafo Único – Ficarà desobrigado do cumprimento do contrato de experiência o empregado readmitido na mesma função anteriormente exercida, desde que a readmissão ocorra num período de até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados da data do desligamento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - TESTES ADMISSIONAIS

- a) A realização de testes práticos operacionais não poderá ultrapassar a 02 (dois) dias, e
- b) As empresas que possuam restaurante no local de trabalho fornecerão gratuitamente alimentação aos candidatos em testes, desde que este coincida com o horário de refeição.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - PREENCHIMENTO DE VAGAS

As empresas darão preferência no preenchimento de vagas em cargos ou funções de nível superior, bem como nos casos de abertura de processos seletivos, ao remanejamento ou recrutamento interno.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - IGUALDADE NAS QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA, JUVENTUDE E 3ª IDADE

As empresas se comprometem a dar tratamento igualitário a todos seus funcionários nas relações interpessoais e profissionais independentemente de questões de gênero, raça, juventude e 3ª idade.

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - COMUNICAÇÃO DA DISPENSA POR JUSTA CAUSA

O empregado demitido sob acusação da prática de falta grave deverá ser avisado por escrito e contra-recibo das razões determinantes de sua demissão, sob pena de se ter a sua dispensa como imotivada.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - LIQUIDAÇÃO DOS DIREITOS TRABALHISTAS

A liquidação dos direitos trabalhistas resultantes da rescisão do contrato de trabalho deverá ser efetivada no prazo de 10 (dez) dias contados da notificação do aviso prévio, quando por iniciativa da empresa, e da dispensa do cumprimento do aviso, quando do pedido de demissão. No caso do aviso prévio cumprido pelo demissionário, o pagamento será no 1º dia útil após o seu término.

§ 1º - As empresas efetuarão preferencialmente na sede ou sub-sedes do sindicato representativo da categoria as homologações das rescisões contratuais de trabalho, inclusive para os empregados com menos de 01 (um) ano de empresa, exceto nos contratos de período experimental.

§ 2º - Terão direito às férias proporcionais os empregados demissionários que possuírem menos de 01 (um) ano de serviço na empresa.

§ 3º - O descumprimento desta cláusula sujeitará as empresas à multa estabelecida no artigo 477 da CLT, revertida em favor do empregado, excetuando-se os casos em

que o descumprimento for causado pelo empregado.

Aviso Prévio

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - AVISO PRÉVIO

Nos casos de rescisão de contrato de trabalho sem justa causa, por iniciativa da empresa, será sempre dispensado o cumprimento do aviso prévio, com o pagamento das verbas rescisórias até o 10º (décimo) dia, a partir da notificação do empregado.

§ 1º - Durante o prazo do aviso prévio, exigido do empregado demissionário, salvo caso de reversão ao cargo efetivo do exercente de cargo de confiança, fica vedado alterar as condições de trabalho, sob pena de rescisão imediata, respondendo o empregador pelo pagamento do restante do aviso prévio.

§ 2º - Ao empregado despedido, que tiver 45 (quarenta e cinco) anos ou mais, fica assegurado, além do pagamento do aviso prévio proporcional assegurado por lei, o pagamento complementar correspondente a 15 (quinze) dias de salário, valor este que terá caráter indenizatório, não sendo computado como tempo de serviço.

Mão-de-Obra Temporária/Terceirização

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - MÃO-DE-OBRA DE TERCEIROS

Exceto nos casos previstos na Lei 6.019/74, as empresas não poderão utilizar-se de mão-de-obra de terceiros na sua principal atividade fabril.

Estágio/Aprendizagem

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - JOVENS APRENDIZES

Somente será considerado jovem aprendiz aquele que exercer função para a qual haja curso específico de aprendizagem, na forma da Lei 10.097/00.

§ 1º - As condições e prazos de inscrições para seleção dos candidatos jovens aprendizes deverão ser divulgados previamente nos quadros de aviso das empresas, podendo contemplar tanto parentes de funcionários como menores da comunidade.

§ 2º - Os salários dos jovens aprendizes durante o aprendizado serão os seguintes:

- a) Metade do valor correspondente ao piso da categoria, enquanto estiver realizando o curso na entidade de ensino, e
- b) 2/3 (dois terços) do valor correspondente ao piso da categoria, quando estiver estagiando na empresa.

Portadores de necessidades especiais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

As empresas comprometem-se a não fazer restrições na contratação de portadores de necessidades especiais, para funções compatíveis com suas respectivas deficiências.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Atribuições da Função/Desvio de Função

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - PROMOÇÕES

Todo empregado que for promovido implicará na imediata anotação, em seus registros, do novo cargo ou função, com o correspondente aumento salarial.

Normas Disciplinares

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - ANISTIA DE PUNIÇÕES

As advertências e suspensões aplicadas aos empregados serão anistiadas após 18 (dezoito) meses das efetivas ocorrências, desde que o empregado não cometa infrações nesse mesmo período e que o contrato de trabalho esteja em vigor, salvo decisão judicial.

Adaptação de função

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - AUTOMAÇÃO

Na automação dos meios de produção, com a implantação de novas tecnologias, a empresa deverá promover treinamento para que seus empregados adquiram melhor qualificação em seus novos métodos de trabalho.

Estabilidade Serviço Militar

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - SERVIÇO MILITAR

É garantida a estabilidade provisória do empregado em idade de prestação do serviço militar, desde o alistamento até 120 (cento e vinte) dias após a baixa ou dispensa. A garantia de emprego será extensiva ao empregado que estiver servindo no Tiro de Guerra.

Parágrafo Único - Desde que devidamente comprovado, serão abonadas as horas não trabalhadas em virtude do empregado estar à disposição do Tiro de Guerra.

Estabilidade Acidentados/Portadores Doença Profissional

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - GARANTIA AO AFASTADO PELO INSS

Ao empregado afastado do serviço por doença, percebendo o benefício previdenciário respectivo, atestado pelo INSS, é garantido o emprego ou salário, a partir da alta médica, por um período igual ao do afastamento, limitado a no máximo 120 (cento e vinte) dias.

Parágrafo Único - Estão excluídos dessa garantia os casos de dispensa por justa causa, pedido de demissão e acordo entre as partes, sendo que para esse último caso é necessária a concordância do Sindicato.

Estabilidade Aposentadoria

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - GARANTIA PRÉ-APOSENTADORIA

Será considerado provisoriamente estável o empregado que nos 24 (vinte e quatro) meses que antecedem a data do direito à aposentadoria por tempo de serviço normal, especial ou por idade, em seus prazos mínimos, de acordo com a legislação vigente, desde que possua pelo menos 07 (sete) anos consecutivos de serviço na empresa ou grupo, ressalvados os casos de mútuo acordo entre as partes, pedido de demissão ou justa causa.

§ 1º - Para fazer jus ao benefício previsto no caput desta cláusula, o empregado deverá informar a empresa, por escrito, até 30 (trinta) dias que antecedam o direito à garantia, assegurado o emprego ou salário também neste período.

§ 2º - Caso o empregado dependa de documentação para comprovação de tempo de serviço na forma acima ajustada, o mesmo terá 60 (sessenta) dias de prazo a partir da notificação à empresa, no caso de aposentadoria normal e de 90 (noventa) dias no caso de aposentadoria especial ou por idade, para fazer a comprovação.

§ 3º - Os empregados que, em 30/09/2012, já se enquadravam nas hipóteses do "caput" desta cláusula, mas que, por qualquer motivo, não tenham exercido aquele direito, poderão fazê-lo, excepcionalmente, por força desta negociação, em até 90 (noventa) dias após a data de assinatura desta Convenção Coletiva de Trabalho.

Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - AQUECIMENTO DE REFEIÇÕES

As empresas que não possuem refeitório se comprometem a oferecer condições para os empregados aquecerem suas refeições e as tomarem em condições de higiene e acomodação condigna em mesas e cadeiras.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Compensação de Jornada

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - BANCO DE HORAS

A partir da presente Convenção, empresas e os respectivos sindicatos profissionais se comprometem a discutir a flexibilização da jornada de trabalho através da implementação do Banco de Horas.

Descanso Semanal

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - DESCONTO DO DSR

A ocorrência de atrasos ao trabalho, durante a semana, desde que não superior a 15 (quinze) minutos, não acarretará o desconto do DSR (Descanso Semanal Remunerado) correspondente. A empresa não poderá impedir o cumprimento do restante da jornada de trabalho, ressalvadas as condições mais favoráveis já existentes.

Controle da Jornada

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - INTERRUPÇÃO DO TRABALHO

As interrupções do trabalho por responsabilidade da empresa, caso fortuito ou de força maior, não poderão ser descontadas ou compensadas posteriormente.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - REGISTRO DE HORÁRIO

Será facultado às empresas a dispensa da marcação do ponto nos intervalos para repouso e/ou alimentação.

Faltas

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - AUSÊNCIA JUSTIFICADA

O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo dos salários, por:

- a) 03 (três) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, companheira ou companheiro, ascendente ou descendente;
- b) 02 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento de sogro, sogra, irmão ou irmã;
- c) 05 (cinco) dias consecutivos, a partir da data do nascimento do filho ou filha;

d) 01 (um) dia para internação e por 01 (um) dia para alta hospitalar do cônjuge ou filho, desde que a ocorrência do fato não coincida com o repouso remunerado, e seja apresentada a devida comprovação;

e) 01 (um) dia para internação hospitalar dos pais, desde que estejam sob dependência econômica do empregado e apresentada a devida comprovação;

f) 01 (um) dia a cada 06 (seis) meses, para doação de sangue, devidamente comprovada;

g) 01 (um) dia para casamento de filhos, desde que coincida com a jornada de trabalho;

h) Até 01 (um) dia, desde que haja coincidência com a jornada de trabalho e em data fixada de comum acordo com a empresa, para obtenção de 2ª (segunda) via de documentos legais pessoais, do próprio empregado, extraviados mediante a devida comprovação;

i) 1/2 (meio) dia, para os empregados que trabalham em horário comercial, desde que comunicado com antecedência, para o recebimento do abono ou cota referente ao PIS/PASEP, desde que o pagamento respectivo não seja efetuado diretamente pela empresa ou pelo posto bancário localizado nas dependências da empresa;

j) 03 (três) dias consecutivos em virtude de casamento;

k) 01 (um) dia útil, para alistamento militar, e

l) 01 (um) dia útil, quando de exames médicos exigidos pelo Exército ou Tiro de Guerra.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

Serão reconhecidos os atestados médicos e urgências odontológicas, passados por convênio médico e odontológico empresarial, SEPACO e/ou Sindicato da base territorial que possua atendimento médico ou odontológico, desde que este mantenha convênio com o INSS, SUS ou SEPACO.

Jornadas Especiais (mulheres, menores, estudantes)

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - ABONO DE FALTA AO ESTUDANTE

As empresas empregadoras abonarão, para todos os efeitos legais, a falta ao trabalho do empregado-estudante, para a prestação de exame ou prova obrigatória, sujeito este abono às seguintes condições:

a) O exame ou prova deverá ser prestado em estabelecimento de ensino oficial ou reconhecido, em horário coincidente com o do trabalho;

b) A empresa deverá ser avisada pelo empregado-estudante com, no mínimo, 48

(quarenta e oito) horas de antecedência da data e horário do exame ou prova, e

c) O empregado-estudante deverá apresentar, dentro de 03 (três) dias úteis após a prestação do exame ou prova, declaração assinada pelo estabelecimento de ensino, comprovando o seu comparecimento ao exame ou prova no dia e horário indicados.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - EMPREGADAS GESTANTES

Às empregadas gestantes, sem prejuízo dos direitos que a legislação trabalhista lhes assegura, será garantido:

a) Licença-maternidade de 120 (cento e vinte) dias, divididos em 02 (dois) períodos, sendo que, o anterior ao parto deverá ser de no máximo 30 (trinta) dias, salvo orientação médica;

b) Estabilidade provisória de até 06 (seis) meses após o parto, e

c) Até que seu(sua) filho(a) complete a idade de 06 (seis) meses, a empregada mãe terá direito a encerrar sua jornada de trabalho antes do término previsto em 01 (uma) hora, para fins de amamentação.

Parágrafo Único - Estende-se o disposto nesta cláusula às empregadas em contrato de experiência.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - ABORTO

As empresas asseguram o emprego ou salário às empregadas gestantes que tiverem de se submeter a um aborto, pelo prazo de 30 (trinta) dias contados do respectivo retorno ao trabalho, mediante apresentação de relatório médico.

Férias e Licenças

Duração e Concessão de Férias

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - FÉRIAS

As empresas deverão avisar seus empregados com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do início das férias, cujo pagamento deverá ocorrer até 05 (cinco) dias antes do seu início, que será sempre no 1º (primeiro) dia útil da semana.

Parágrafo Único - Os empregados que não tiverem optado pela antecipação de 50% (cinquenta por cento) do 13º salário, de acordo com a legislação vigente, poderão fazê-lo por ocasião do comunicado das férias.

Férias Coletivas

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - FÉRIAS COLETIVAS

As empresas comprometem-se a conceder aviso de férias coletivas com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência e iniciá-las sempre no 1º (primeiro) dia útil da semana, de acordo com o artigo 139 e seus parágrafos da CLT.

§ 1º - Quando as férias coletivas abrangerem os dias 25 de dezembro e 01 de janeiro, estes dias (25/12 e 01/01) não serão computados como férias e portanto, excluídos da contagem dos dias corridos regulamentares, sem prejuízo da remuneração.

§ 2º - A remuneração do adicional de 1/3 (um terço) de que trata o inciso XVII do art. 7º da CF/88 será pago no início das férias coletivas.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Condições de Ambiente de Trabalho

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - MEDIDAS DE PROTEÇÃO

As empresas adotarão medidas de proteção, prioritariamente de ordem coletiva, em relação às condições de trabalho e a segurança do trabalhador.

§ 1º - Para os novos empregados, as empresas promoverão treinamento para correta utilização dos EPIs necessários ao exercício de suas atribuições, até o 5º (quinto) dia de trabalho, devendo ser realizada reciclagem de todos os empregados sobre a utilização e o uso adequado destes EPIs.

§ 2º - O médico, engenheiro do trabalho ou o responsável pelo departamento de segurança da empresa, quando exigido por lei, opinará sobre o EPI a ser utilizado pelo empregado.

§ 3º - Os treinamentos contra incêndio serão ministrados periodicamente durante a jornada de trabalho, exceto para os empregados que trabalham em regime de turnos, quando esse treinamento poderá ser realizado fora da jornada normal.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - RECUSA AO TRABALHO POR RISCO GRAVE OU IMINENTE

Quando o empregado, no exercício de suas funções, entender que sua vida ou integridade física se encontre em risco pela falta de medidas adequadas de proteção no local de trabalho, poderá, após a comunicação do fato ao seu superior imediato, suspender a realização da respectiva operação.

Parágrafo Único - O Setor de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, através do seu responsável, será acionado pelo supervisor a fim de investigar eventuais condições inseguras, emitindo o seu parecer, devendo as operações ser retomadas logo após a liberação pelo responsável do Setor de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - ÁGUA POTÁVEL

A água potável oferecida aos empregados deverá ser submetida trimestralmente à análise bacteriológica, devendo a empresa afixar o resultado no quadro de avisos.

Equipamentos de Proteção Individual

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - UNIFORMES E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO

Serão fornecidos, gratuitamente, uniformes, fardamentos, macacões, capas de chuva e calçados de segurança aos empregados sempre que as empresas exigirem a sua utilização, ficando esclarecido, no entanto, que os macacões serão fornecidos, gratuitamente, sempre que, em razão do exercício da função, houver risco de dano à vestimenta do trabalhador, bem como as capas de chuva serão fornecidas, gratuitamente, na hipótese do trabalho ser exercido sob intempéries. Serão também fornecidos, gratuitamente, os EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) de uso obrigatório previstos em lei ou exigidos pelas empresas, inclusive luvas, calçados especiais e óculos de segurança, graduados de acordo com receita médica, se for o caso.

CIPA – composição, eleição, atribuições, garantias aos cipeiros

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - ELEIÇÃO DA CIPA

As empresas obrigatoriamente convocarão eleição para a CIPA, com 60 (sessenta) dias de antecedência, dando publicidade do ato aos seus empregados, através de edital a ser afixado no quadro de avisos.

§ 1º - O edital deverá explicitar o local e o prazo para inscrições, que ocorrerão do 20º (vigésimo) ao 10º (décimo) dia em termos regressivos à eleição.

§ 2º - As empresas deverão enviar para o Sindicato Profissional da base territorial, cópia da ata de eleição e posse dos membros da CIPA, do calendário das reuniões, assim como a ficha de informações do SESMT.

§ 3º - As empresas permitirão o acesso dos membros da CIPA às informações necessárias ao cumprimento de suas atribuições.

Exames Médicos

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - ASSISTÊNCIA MÉDICA

As empresas sediadas na capital e nas cidades do interior do Estado de São Paulo, asseguram assistência médica aos seus empregados e dependentes, inclusive para os afastados por doença e/ou acidente do trabalho, durante a vigência da presente convenção, preferencialmente através do SEPACO, preservando-se os atuais padrões de atendimento.

§ 1º - A participação dos trabalhadores no custeio da assistência médica será objeto de negociação entre as empresas, seus empregados e o respectivo sindicato da base.

§ 2º - Os empregados que contribuam no custeio da assistência médica, quando afastados por doença e/ou acidente de trabalho, continuarão reembolsando a empresa, mensalmente, no custeio da assistência médica, correspondente a sua participação que vinha sendo descontada quando em atividade.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - CONVÊNIOS COM FARMÁCIAS E ÓTICAS

As empresas deverão viabilizar, direta ou indiretamente, convênios com farmácias e óticas para a aquisição, mediante a apresentação da respectiva receita médica, de medicamentos e óculos de grau, tanto para seus empregados, quanto para seus dependentes legais.

Primeiros Socorros

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - MATERIAIS DE PRIMEIROS SOCORROS

As empresas deverão manter materiais de primeiros socorros, assim como veículo disponível, preferencialmente ambulância, para transporte nos horários de trabalho.

Parágrafo Único - O resultado dos exames médicos, demissional e complementares, desde que solicitado pelo empregado, lhe será informado, observados os preceitos da ética médica.

Relações Sindicais

Sindicalização (campanhas e contratação de sindicalizados)

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - SINDICALIZAÇÃO

Com o objetivo de incrementar a sindicalização dos empregados, as empresas colocarão à disposição do sindicato representativo da categoria profissional, uma vez por semestre, local e meios disponíveis para esse fim. Os períodos serão convencionados de comum acordo pelas partes, e as atividades serão desenvolvidas no recinto da empresa, fora do ambiente de produção, e, de preferência, nos períodos de descanso da jornada normal de trabalho.

Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - ATENDIMENTO AO DIRIGENTE

SINDICAL

O dirigente sindical, no exercício de sua função, desejando manter contato com a empresa de sua base territorial, terá garantido o atendimento pelo representante que a empresa designar, que tomará ciência do assunto que o levou à empresa e dará resposta no menor tempo hábil.

Representante Sindical

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - DIRIGENTE SINDICAL

Ressalvadas as condições mais favoráveis existentes, até 02 (dois) dirigentes sindicais, não afastados de suas funções, poderão ausentar-se por até 03 (três) dias por mês, não cumulativos e sem prejuízo salarial, desde que a empresa seja avisada por escrito pelo sindicato, no mínimo 24 (vinte e quatro) horas antes da ausência.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA - REPRESENTANTE SINDICAL

Os empregados das empresas com mais de 100 (cem) empregados poderão eleger 01 (um) representante sindical, em eleição específica, cujo mandato terá início em 01/01/2013, encerrando-se em 31/12/2013 para o ano de 2013, podendo ser reeleito somente por mais um período consecutivo.

§ 1º - O processo eleitoral será coordenado por 01 (um) membro da empresa e 01 (um) membro do Sindicato dos Trabalhadores.

§ 2º - Os candidatos, em número máximo de 05 (cinco), terão garantia de emprego desde a oficialização da candidatura junto à empresa, que deverá ocorrer no máximo 30 (trinta) dias antes da eleição, até a divulgação do resultado.

§ 3º - O empregado eleito terá garantia de emprego desde a divulgação do resultado até o final da vigência do seu mandato.

§ 4º - Estão excluídas do cumprimento desta cláusula as empresas que possuam empregado Dirigente Sindical, ainda que afastado de suas atividades.

Liberação de Empregados para Atividades Sindicais

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA - AFASTAMENTO DE DIRIGENTE SINDICAL

Fica assegurado ao Sindicato indicar 01 (um) dirigente sindical, que esteja no pleno exercício de suas funções na empresa, por base territorial, que permanecerá afastado de suas atividades profissionais, por período coincidente com seu efetivo mandato, ressalvadas as condições mais favoráveis.

§ 1º - Ao Sindicato dos Trabalhadores, quando possuir mais de 1.500 (um mil e quinhentos) empregados do setor em sua base territorial, fica assegurada a indicação de mais 01 (um) dirigente sindical.

§ 2º - O Sindicato dos Trabalhadores formalizará junto ao Sindicato Patronal o(s)

nome(s) e respectiva(s) empresa(s) do(s) indicado(s) para afastamento, cabendo ao Sindicato Patronal oficial à(s) empresa(s) para liberação do(s) indicado(s).

§ 3º - O(s) dirigente(s) indicado(s) somente poderá(ão) ser substituído(s) no decorrer de seu(s) mandato(s), por motivo de morte, aposentadoria ou desligamento da(s) empresa(s).

§ 4º - Durante o referido período, a(s) respectiva(s) empresa(s) responderá(ão) pelo pagamento dos salários do(s) dirigente(s) afastado(s).

§ 5º - Assegura-se à Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo indicar 01 (um) dirigente sindical, no Estado de São Paulo, que permanecerá afastado nas mesmas condições estabelecidas nos parágrafos anteriores.

Acesso a Informações da Empresa

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SÉTIMA - GUIAS DO INSS

As empresas enviarão ao Sindicato, quando solicitado, em até 10 (dez) dias da data de recolhimento, cópia das guias do INSS.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA OITAVA - RECOLHIMENTO DA MENSALIDADE SINDICAL

As empresas repassarão aos sindicatos o valor descontado dos empregados relativo às mensalidades sindicais até o 4º (quarto) dia útil do mês subsequente à competência.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA NONA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DAS EMPRESAS

As empresas recolherão em favor da FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DO PAPEL, PAPELÃO E CORTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, às suas expensas, a importância de R\$ 20,00 (vinte reais), por empregado que possuírem, em 30/09/2012, que se destinará a obras assistenciais e manutenção de sua Colônia de Férias "Dr. A. Jacob Lafer", beneficiando assim todos os interessados da mesma categoria profissional.

§ 1º - Para as empresas sediadas na base territorial do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Papel, Papelão e Cortiça de São Paulo, Santo André, São Bernardo do Campo, Diadema e Osasco, o recolhimento previsto nesta cláusula deverá ser feito a favor do respectivo Sindicato, que utilizará o valor recebido na manutenção e ampliação de sua Colônia de Férias e construção do Clube de Campo da Categoria;

§ 2º - O recolhimento da referida importância será feito através de depósito bancário, em conta vinculada sem limite, conforme guia que será encaminhada pela Entidade

Sindical beneficiada, até o dia 26/12/2012.

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA - QUADRO DE AVISOS

As empresas permitirão, desde que solicitado pela entidade sindical, a utilização do quadro de avisos para afixação de ofícios de interesse da categoria, condicionado à aprovação prévia do texto pela direção da empresa, devendo os mesmos ser afixados em no máximo 24 (vinte e quatro) horas do recebimento.

CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA - NÚMERO DE EMPREGADOS

As empresas fornecerão semestralmente, a partir de 31/12/2012, até 30 (trinta) dias após o vencimento do período, ao sindicato de sua base territorial, o número de empregados em atividade.

Outras disposições sobre representação e organização

CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA SEGUNDA - TRABALHADORES NÃO ORGANIZADOS EM SINDICATOS

Os trabalhadores nas indústrias de papelão ainda não organizados em sindicatos representativos da categoria serão representados pela Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo.

Disposições Gerais

Regras para a Negociação

CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA TERCEIRA - AUTORIZAÇÃO

As entidades sindicais firmatárias da presente Convenção obtiveram autorização dos seus respectivos representados, na forma constante das atas relativas às Assembleias Gerais, devidamente convocadas e realizadas para esse fim.

Aplicação do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA QUARTA - APLICABILIDADE

Fica facultada às empresas interessadas a não aplicação das cláusulas 4ª - reajuste salarial, 23ª - abono indenizatório e 15ª - cesta de alimentos da presente Convenção Coletiva de Trabalho aos empregados responsáveis pela gestão da empresa, direção e gerência, aos quais será aplicada política

própria de cada empresa.

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA QUINTA - MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DA CONVENÇÃO

Fica estipulada uma multa de 2% (dois por cento) do piso salarial, vigente no mês da infração, por empregado atingido pelo não cumprimento de quaisquer das cláusulas da presente convenção que não possuam penalidade específica.

§ 1º - A multa será devida se o infrator deixar de sanar a infração dentro do prazo de 15 (quinze) dias, que lhe será marcado por aviso escrito pela parte prejudicada.

§ 2º - Quando o infrator for a empresa, a multa será revertida ao empregado ou à Entidade Sindical, quando esta for a prejudicada.

Outras Disposições

CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA SEXTA - DIA DO PAPELEIRO

Fica instituído o dia 20 de setembro, data da fundação do SEPACO, como dia do PAPELEIRO.

Parágrafo Único - As empresas, os sindicatos e o SEPACO se comprometem a estabelecer parcerias para comemorar esta data.

CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA SÉTIMA - SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

O SINPESP compromete-se a motivar as empresas do setor a promover as melhores práticas de desenvolvimento sustentável e responsabilidade social.

CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA OITAVA - TERMO DE ADITAMENTO

Durante o prazo de vigência da presente Convenção, os entendimentos que vierem a ser celebrados entre as partes, passarão a integrar o presente instrumento, por meio de termos de aditamento.

OZANO PEREIRA DA SILVA

Presidente

FEDERACAO TRABS INDS PAPEL PAPELAO E CORT EST S PAULO

GERALDO CANDIDO DE MORAIS

Presidente
SINDICATO TRABS IND ARTEF PAPEL PAPELAO CORTICA S PAULO

ANTONIO ROSELLA
Procurador
SINDICATO TRABS IND ARTEF PAPEL PAPELAO CORTICA S PAULO

RENATO ANTONIO VILLA CUSTODIO
Procurador
SINDICATO TRABS IND ARTEF PAPEL PAPELAO CORTICA S PAULO

JOSE BENEDITO PONCIO
Presidente
SINDICATO DOS TRABALHADORES IND.PAPEL CELULOSE ARARAS.

ANTONIO ROSELLA
Procurador
SINDICATO DOS TRABALHADORES IND.PAPEL CELULOSE ARARAS.

RENATO ANTONIO VILLA CUSTODIO
Procurador
SINDICATO DOS TRABALHADORES IND.PAPEL CELULOSE ARARAS.

ANTONIO CARLOS NUNES DE MATTOS
Presidente
SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS IND. DO PAPEL, CELULOSE,
PAPELAO E DE ARTEFATOS DE BRAGANCA PTA., REGIAO E SUL DE
MINAS GERAIS

ANTONIO ROSELLA
Procurador
SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS IND. DO PAPEL, CELULOSE,
PAPELAO E DE ARTEFATOS DE BRAGANCA PTA., REGIAO E SUL DE
MINAS GERAIS

RENATO ANTONIO VILLA CUSTODIO
Procurador
SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS IND. DO PAPEL, CELULOSE,
PAPELAO E DE ARTEFATOS DE BRAGANCA PTA., REGIAO E SUL DE
MINAS GERAIS

ALONSO BOMFIM
Presidente
SIND T INDS PAPEL CEL PASTA MAD PAPEL PAP CORT CAIEIRAS

ANTONIO ROSELLA
Procurador
SIND T INDS PAPEL CEL PASTA MAD PAPEL PAP CORT CAIEIRAS

RENATO ANTONIO VILLA CUSTODIO
Procurador
SIND T INDS PAPEL CEL PASTA MAD PAPEL PAP CORT CAIEIRAS

JOAO RIBEIRO DA SILVA
Presidente
SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE PAPEL,
PAPELAO, CELULOSE, PASTA DE MADEIRA PARA PAPEL E PAPELAO,
EMBALAGENS E ARTEFATOS DE PAPEL, PAPELA

ANTONIO ROSELLA
Procurador
SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE PAPEL,
PAPELAO, CELULOSE, PASTA DE MADEIRA PARA PAPEL E PAPELAO,
EMBALAGENS E ARTEFATOS DE PAPEL, PAPELA

RENATO ANTONIO VILLA CUSTODIO
Procurador
SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE PAPEL,
PAPELAO, CELULOSE, PASTA DE MADEIRA PARA PAPEL E PAPELAO,
EMBALAGENS E ARTEFATOS DE PAPEL, PAPELA

OZANO PEREIRA DA SILVA
Presidente
SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE PAPEL,
PAPELAO E CORTICA DE GUARULHOS, ARUJA E ITAQUAQUECETUBA -
SP

ANTONIO ROSELLA
Procurador
SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE PAPEL,
PAPELAO E CORTICA DE GUARULHOS, ARUJA E ITAQUAQUECETUBA -
SP

RENATO ANTONIO VILLA CUSTODIO
Procurador
SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE PAPEL,
PAPELAO E CORTICA DE GUARULHOS, ARUJA E ITAQUAQUECETUBA -
SP

ANTONIO WALTER BICCIGO
Presidente
SIND DOS TRAB NAS IND DO PAPEL PAP E CORTICA DE ITAPIRA

ANTONIO ROSELLA
Procurador
SIND DOS TRAB NAS IND DO PAPEL PAP E CORTICA DE ITAPIRA

RENATO ANTONIO VILLA CUSTODIO

Procurador
SIND DOS TRAB NAS IND DO PAPEL PAP E CORTICA DE ITAPIRA

JOSE ITAMAR TAVARES CALADO

Presidente

SIND. TRAB. IND. PAPEL, CELUL. PASTA MAD.P/PAPEL, PAPELAO E
CORT. E ARTEFATOS DE PAPEL, PAPELAO E CORT. JAU E REG.

ANTONIO ROSELLA

Procurador

SIND. TRAB. IND. PAPEL, CELUL. PASTA MAD.P/PAPEL, PAPELAO E
CORT. E ARTEFATOS DE PAPEL, PAPELAO E CORT. JAU E REG.

RENATO ANTONIO VILLA CUSTODIO

Procurador

SIND. TRAB. IND. PAPEL, CELUL. PASTA MAD.P/PAPEL, PAPELAO E
CORT. E ARTEFATOS DE PAPEL, PAPELAO E CORT. JAU E REG.

PEDRO LUIZ MOLENA

Presidente

SIND TRAB IND PAPEL PAPELAO E CORTICA DE JUNDIAI

ANTONIO ROSELLA

Procurador

SIND TRAB IND PAPEL PAPELAO E CORTICA DE JUNDIAI

RENATO ANTONIO VILLA CUSTODIO

Procurador

SIND TRAB IND PAPEL PAPELAO E CORTICA DE JUNDIAI

JOSE ROBERTO VIEIRA DA SILVA CAMPOS JUNIOR

Presidente

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE FABRICACAO
DE CELULOSE,PAPEL,PAPELAO,CORTICA E ARTEFATOS DE PAPEL E
PAPELAO DE LIMEIRA E REGIAO

ANTONIO ROSELLA

Procurador

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE FABRICACAO
DE CELULOSE,PAPEL,PAPELAO,CORTICA E ARTEFATOS DE PAPEL E
PAPELAO DE LIMEIRA E REGIAO

RENATO ANTONIO VILLA CUSTODIO

Procurador

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE FABRICACAO
DE CELULOSE,PAPEL,PAPELAO,CORTICA E ARTEFATOS DE PAPEL E
PAPELAO DE LIMEIRA E REGIAO

GERALDO JURANDIR PINHEIRO

Presidente
S T I DO PAPEL PAPELAO E CORTICA DE LUIZ ANTONIO

ANTONIO ROSELLA
Procurador
S T I DO PAPEL PAPELAO E CORTICA DE LUIZ ANTONIO

RENATO ANTONIO VILLA CUSTODIO
Procurador
S T I DO PAPEL PAPELAO E CORTICA DE LUIZ ANTONIO

JOSE APARECIDO DA SILVA
Presidente
S T I PAPEL C P M P P P O A P P C M.GUACU,M.MIRIM,A,E G

ANTONIO ROSELLA
Procurador
S T I PAPEL C P M P P P O A P P C M.GUACU,M.MIRIM,A,E G

RENATO ANTONIO VILLA CUSTODIO
Procurador
S T I PAPEL C P M P P P O A P P C M.GUACU,M.MIRIM,A,E G

JOSE CARLOS PINHEIRO
Presidente
SIND DOS TRAB NA IND DO PAPEL CEL DE PENAPOLIS

ANTONIO ROSELLA
Procurador
SIND DOS TRAB NA IND DO PAPEL CEL DE PENAPOLIS

RENATO ANTONIO VILLA CUSTODIO
Procurador
SIND DOS TRAB NA IND DO PAPEL CEL DE PENAPOLIS

HILTON ROBERTO NICOLETTI
Presidente
SIND DOS TRAB IND DE PAPEL DE PINDAMONHANGABA

ANTONIO ROSELLA
Procurador
SIND DOS TRAB IND DE PAPEL DE PINDAMONHANGABA

RENATO ANTONIO VILLA CUSTODIO
Procurador
SIND DOS TRAB IND DE PAPEL DE PINDAMONHANGABA

FRANCISCO PINTO FILHO
Presidente

SINDICATO TRAB IND PAPEL PAPEL AO CORTICA PIRACICABA

ANTONIO ROSELLA

Procurador

SINDICATO TRAB IND PAPEL PAPEL AO CORTICA PIRACICABA

RENATO ANTONIO VILLA CUSTODIO

Procurador

SINDICATO TRAB IND PAPEL PAPEL AO CORTICA PIRACICABA

DAVI GERALDO ROMERO

Presidente

S T I DO PAPEL PAPEL AO E CORTICA DE PORTO FELIZ E TIETE

ANTONIO ROSELLA

Procurador

S T I DO PAPEL PAPEL AO E CORTICA DE PORTO FELIZ E TIETE

RENATO ANTONIO VILLA CUSTODIO

Procurador

S T I DO PAPEL PAPEL AO E CORTICA DE PORTO FELIZ E TIETE

EDUARDO SANCHES PERERA

Presidente

SIND TRAB IND ARTEF DE PAPEL PAPEL AO E CORTICA S CARLOS

ANTONIO ROSELLA

Procurador

SIND TRAB IND ARTEF DE PAPEL PAPEL AO E CORTICA S CARLOS

RENATO ANTONIO VILLA CUSTODIO

Procurador

SIND TRAB IND ARTEF DE PAPEL PAPEL AO E CORTICA S CARLOS

ANTONIO ROBERTO DO VALLE

Tesoureiro

SIND TRAB IND PAPEL CEL PASTA M P PAPEL PAPL E CORTICA

ANTONIO ROSELLA

Procurador

SIND TRAB IND PAPEL CEL PASTA M P PAPEL PAPL E CORTICA

RENATO ANTONIO VILLA CUSTODIO

Procurador

SIND TRAB IND PAPEL CEL PASTA M P PAPEL PAPL E CORTICA

JOSE LUIZ VEGETTE

Presidente

SIND DA IND DO PAPEL AO NO EST DE S P

SERGIO ROBERTO DA FONTOURA JUCHEM
Procurador
SIND DA IND DO PAPELÃO NO EST DE S P

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br> .